



**A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EM CUMPRIMENTO AOS ARTIGOS 133 E 136 DO REGIMENTO INTERNO, REALIZARÁ SUA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 20ª LEGISLATURA, AGENDADA PARA OCORRER NA SALA DE REUNIÕES DAS COMISSÕES ÀS 09H DO DIA 06 DE AGOSTO DE 2024, COM A SEGUINTE PAUTA:**

**I. Ordem do dia:**

a) Discussão e votação das matérias:

**DEPUTADO PEPÊ COLLAÇO**

**PL./0189/2024**, de autoria do **Deputado Oscar Gutz**, que “Altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que "Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina", para alterar a denominação da Fundação Educacional Evangélica para Fundação Educacional Luterana”.

**PL./0284/2024**, de autoria do **Deputado Fabiano da Luz**, que “Declara de Utilidade Pública estadual a Associação Obras Assistenciais Operários de Jesus e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’”.

**PL./0286/2024**, de autoria do **Deputado Marquito**, que “Institui o Dia Estadual do Orgulho Autista e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”.



## **DEPUTADO VOLNEI WEBER**

[PL./0276/2024](#), de autoria do **Deputado Rodrigo Preis**, que “Dispõe sobre a classificação do tabaco nas propriedades dos agricultores produtores no âmbito do estado de Santa Catarina”.

[PL./0328/2024](#), de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Altera o art. 255-F da Lei nº 14.675, de 2009, que ‘Institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências’, para incluir penalidade de multa por derrubada de espécime de Araucaria Angustifolia (Pinheiro Brasileiro) sem que haja previsão legal para o manejo da espécie”.

[PL./0329/2024](#), de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Altera a Lei nº 12.854, de 2003, que ‘Institui o Código Estadual de Proteção dos Animais’, para o fim de proibir a caça e o abate de animais silvestres de qualquer espécie e adota outras providências”.

## **DEPUTADO FABIANO DA LUZ**

[PL./0244/2024](#), de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Triângulo - AMBT, de Lages, e altera o Anexo Único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘Consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0267/2024](#), de autoria da **Deputada Luciane Carminatti**, que “Altera o anexo único da Lei nº 18.278, de 2021, que ‘consolida os atos normativos que concedem o Título de Utilidade Pública estadual no âmbito do Estado de Santa Catarina’, para o fim de declarar de utilidade pública estadual o Instituto Movimento Humaniza Santa Catarina”.



### **DEPUTADO MARCIUS MACHADO**

[PL./0491/2023](#), de autoria do **Deputado Jerry Comper**, que “Institui a Semana do Sapateiro e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que ‘Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado’, para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”.

[PL./0509/2023](#), de autoria do **Deputado Padre Pedro Baldissera**, que “Institui a Política Estadual de Redução do Desperdício de Alimentos e cria, em Santa Catarina, o Selo Empresa Parceira na Redução do Desperdício de Alimentos”.

[PL./0242/2024](#), de autoria do **Deputado Oscar Gutz**, que “Institui o Dia Estadual do Jovem Empreendedor, dedicado a prestigiar jovens empreendedores e altera o Anexo Único da Lei nº 18.531, de 2022, que ‘Consolida as leis que instituem datas e eventos alusivos no âmbito do Estado de Santa Catarina e estabelece o Calendário Oficial do Estado’, para incluir referida data alusiva no Calendário Oficial do Estado de Santa Catarina”.

### **DEPUTADO NAPOLEÃO BERNARDES**

[OF./0018/2024](#), de autoria do **Tribunal de Justiça do Estado**, que “Do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, comunicando a decisão adotada no Incidente de Arguição de Inconstitucionalidade nº 0000542-7.2020.8.24.0000/SC, o Órgão Especial do TJSC julgou procedente o incidente para declarar a inconstitucionalidade do artigo 9, V, da Lei Estadual nº 13.136/2004”.

[PL./0320/2024](#), de autoria do **Tribunal de Justiça do Estado**, que “Autoriza o Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina a doar ao município de Timbó o imóvel que especifica”.

[PL./0273/2024](#), de autoria do **Deputado Mário Motta**, que “Dispõe sobre o Apadrinhamento Afetivo de Crianças e Adolescentes no Estado de Santa Catarina e dá outras providências”.



### **DEPUTADO TIAGO ZILLI**

[PL./0325/2024](#), de autoria do **Deputado Marcius Machado**, que “Altera a Lei nº 18.177, de 2021, que ‘Dispõe sobre a Política Estadual de Controle Populacional de Animais Domésticos, e adota outras providências’, para instituir a esterilização permanente por cirurgia como medida de saúde pública”.

[PL./0268/2024](#), de autoria do **Deputado Ivan Naatz**, que “Altera a Lei nº 18.624, de 2023, que ‘Institui a Política Estadual de Estímulo ao Empreendedorismo do Jovem do Campo e adota outras providências’, para ampliar as ações de apoio educacional oferecidas ao jovem empreendedor do campo”. Dentro deste projeto encontra-se anexado o PL./0277/2024.

[PL./0179/2024](#), de autoria do **Deputado Maurício Peixer**, que “Altera a Lei nº 17.292, de 2017, que “Consolida a legislação que dispõe sobre os direitos das pessoas com deficiência”, para equiparar os pacientes com Hipertensão Pulmonar à pessoa com deficiência”.

### **DEPUTADO CAMILO MARTINS**

[MPV./0264/2024](#), de autoria do **Governador do Estado**, que dispõe sobre “Altera a Lei Complementar nº 741, de 2019, que dispõe sobre a estrutura organizacional básica e o modelo de gestão da Administração Pública Estadual, no âmbito do Poder Executivo, e estabelece outras providências”.